

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS SINDICATOS DA EDUCAÇÃO

Relatório de Actividades de 2008

1. Generalidades

Desde que fomos eleitos em 11 de Maio de 2008, temos vindo a desenvolver a nossa acção no quadro das orientações definidas pelo nosso IX Congresso Nacional, cumprindo-nos agora apresentar o relatório das actividades desenvolvidas desde essa data até ao final do ano de 2008.

Para além das necessárias tarefas de reorganização, que se têm vindo a suceder, procedeu-se ao acompanhamento de todas as questões da área educativa, do que resultaram iniciativas e tomadas de posição.

Foi um ano particularmente intenso em várias frentes de intervenção. Desde a organização de plenários, reuniões de escola ou manifestações, a acção sindical desdobrou-se por todo o país. A preocupação central residiu na garantia de transmissão permanente de informação e na recolha de dados informativos sobre todas as questões que tinham a ver com os trabalhadores que representamos.

2. Sector público

2.1. Educadores de infância e professores do ensino básico e secundário

No sector da Educação pública, o ano de 2008 foi claramente marcado por uma forte tensão entre o Governo e os Sindicatos de Professores, particularmente sobre o desenvolvimento do processo de avaliação de desempenho dos educadores de infância e dos professores dos ensinos básico e secundário. Foi notória a incapacidade do Ministério da Educação para a identificação de soluções que pudessem servir este processo com justiça e qualidade. Por isso, tiveram especial impacto as manifestações de professores de 8 de Março e de 8 de Novembro, a primeira com cerca de 120 000 docentes e a segunda com cerca de 140 000 docentes, e ainda a greve de 3 de Dezembro, que atingiu uma adesão superior a 90%.

A contestação ao Ministério da Educação foi conduzida genericamente no quadro da Plataforma de Sindicatos, em que a FNE participou inteira e sistematicamente. Desta forma, estivemos presentes na multiplicidade de reuniões que foram organizadas, quer para análise das diversas situações que foram ocorrendo, quer para preparação das iniciativas que foram organizadas. Também participámos nas várias audições que partidos e grupos parlamentares realizaram com a Plataforma.

Globalmente, na área da administração pública, o ano de 2008 correspondeu ao tempo da definição de novas orientações para o enquadramento global dos trabalhadores da administração pública, com base na Lei de Vínculos, Carreiras e Remunerações, no Regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas, e no Regime de Protecção Social destes mesmos trabalhadores, todos eles orientados no sentido de uma cada vez maior convergência na regulação das relações laborais, dos direitos e dos deveres dos trabalhadores, entre os sectores público e privado. O efectivo impacto destas medidas só será conhecido ao longo da sua execução, mas cremos que têm sentido as nossas preocupações em termos de crescimento da precariedade. Mas também sentimos que esta legislação deve ser explorada em todas as potencialidades que revele, para uma mais eficaz protecção e defesa dos interesses de todos os trabalhadores da educação da administração pública.

2.2. Ensino Superior e Investigação

Em relação às questões do ensino superior, foi total a ausência do Ministério para o sector. Inicialmente justificada pelo facto de a legislação geral para a administração pública ainda estar a ser negociada, prolongou-se injustificadamente até ao final do ano. Apenas o desenvolvimento do processo de transição de algumas Instituições de Ensino Superior para o regime fundacional conheceu algum progresso.

A FNE manteve uma estrutura de acompanhamento de funcionamento do ensino superior, público e privado.

Em articulação com esta área, também as questões da Ciência não deixaram de integrar as nossas preocupações, e nomeadamente no que diz respeito aos Bolseiros. Foi neste quadro que abrimos um processo de partilha de informações com a Associação de Bolseiros de Investigação Científica, particularmente sobre o processo de revisão do Estatuto do Bolseiro de Investigação Científica.

2.3. Trabalhadores de apoio nas escolas

Os trabalhadores não docentes das escolas viram neste ano de 2008 resolvido um importante e complexo problema de precariedade, que dizia respeito a milhares de trabalhadores que, estando a completar seis anos de regime de contrato administrativo de provimento, estavam impossibilitados de verem continuada uma tal situação, por falta de suporte legal, o que os conduziria automaticamente ao desemprego. No entanto, uma negociação orientada pela FNE relativamente a estes trabalhadores permitiu que fosse organizado um concurso interno que conduziu a que todos estes trabalhadores tivessem passado ao regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado.

Também foi neste ano que se deu o primeiro passo no sentido da transferência para os Municípios de competências na área da gestão do pessoal não docente dos Jardins de Infância e das escolas do ensino básico. Ficaram de fora deste processo os trabalhadores não docentes das escolas secundárias, que continuam na dependência do Ministério da Educação.

2.4. Ensino de português no estrangeiro

Em relação aos docentes de português no estrangeiro, registou-se a persistência de algumas situações inaceitáveis que carecem de correcção, como sejam a ausência de qualquer aumento salarial, desde 2006, e ainda o ilegal englobamento do subsídio de refeição no vencimento mensal. Para efeitos de renovação de contrato para 2008/2009, alguns coordenadores excederam largamente os requisitos necessários para uma tal decisão, tendo até usado abusivamente de mecanismos bem próximos dos que o Ministério da Educação está a usar para efeitos de avaliação de desempenho, como seja a observação de aulas, o que foi imediatamente denunciado pela FNE, no sentido de obter a estrita observância da lei sobre esta matéria.

3. Regiões Autónomas

O SDPAçores e o SDPMadeira conduziram processos autónomos de negociação dos estatutos de carreira das respectivas Regiões Autónomas, bem como da sua regulamentação. No caso da Região Autónoma dos Açores, a realização das eleições regionais, no final do ano, pese embora a manutenção do mesmo Presidente do Governo Regional e da mesma maioria, conduziu à substituição do secretário regional da educação e a uma alteração positiva da atitude do governo regional em relação ao acolhimento das propostas do SDPAçores. No caso da Região Autónoma da Madeira, as relações com o SDPMadeira têm permitido caminhar construtivamente no sentido do encontro de soluções de regulamentação que acolhem as nossas perspectivas.

4. Mesa Negocial FNE/Ministério da Educação

Realizaram-se com o Ministério da Educação, e no período de tempo posterior ao nosso Congresso, mais de 30 reuniões, quer com a equipa negociadora presidida ou pela Ministra ou pelo secretário de estado adjunto e da educação ou pelo seu adjunto, quer com a DGRHE.

Em qualquer das circunstâncias, o certo é que a atitude negocial do ME não se alterou, não se tendo registado, da sua parte, qualquer receptividade para negociar e resolver qualquer uma das situações apresentadas pela FNE.

1. Avaliação de desempenho dos docentes da educação pré-escolar e dos ensinos básicos e secundário.

Para esta área de intervenção, registaram-se muitas reuniões em que a FNE interveio autonomamente, e outras em que a sua intervenção foi feita no quadro da Plataforma de Sindicatos de Professores.

Nestas reuniões foram debatidas e analisadas as propostas de ficha de avaliação apresentadas pelo Ministério da Educação, nomeadamente os parâmetros classificativos e a sua ponderação.

Em todas as reuniões a FNE manifestou a sua total discordância em relação às propostas do Ministério da Educação, considerando-as arbitrárias e inexequíveis, e portanto, não podendo ser aceites por nós. O Ministério da Educação não acolheu qualquer das propostas que apresentámos. As sucessivas simplificações dos procedimentos de avaliação determinadas pelo Ministério da Educação vieram dar razão a todas as posições que assumimos nas mesas negociais.

2. Concursos de docentes da Educação Pré-Escolar e dos Ensinos Básico e Secundário

A FNE empenhou-se activamente na negociação, nas sucessivas reuniões convocadas pelo Ministério da Educação, sobre a alteração do DL 20/2006 – diploma de concursos – no sentido de fazer prevalecer as suas posições em relação às alterações propostas pelo Ministério da Educação. De entre as várias questões por nós apresentadas, salientam-se:

- A FNE questionou o Ministério da Educação e exigiu que fossem dadas a conhecer as necessidades permanentes do sistema, isto é, as vagas de quadro necessárias ao bom funcionamento das escolas. Mais uma vez a FNE manifestou a sua discordância ao concurso ser de 4 em 4 anos, a partir do ano lectivo de 2009/10. Com a abertura das vagas de quadro necessárias ao sistema educativo, não haveria necessidade de um concurso quadrienal.

- A FNE manifestou a sua mais forte discordância à proposta do Ministério da Educação de fazer interferir as menções de *Excelente* e *Muito Bom* na graduação profissional. Esta foi uma das questões inultrapassáveis para a FNE. Da primeira à última reunião o Ministério da Educação manteve a sua posição.

- A transformação dos lugares dos quadros de escola e de zona pedagógica em quadros de agrupamento foi, por nós, objecto de questões sobre o modo como iria decorrer. A FNE exigiu que nenhum professor fosse prejudicado por esta proposta do Ministério da Educação.

- A obrigatoriedade dos docentes pertencentes aos QZP's concorrerem a 25 códigos de agrupamentos de escolas ou escolas não agrupadas e quatro quadros de Zona Pedagógica, incluindo aquele em que se encontram vinculados, foi rejeitada pela FNE, tendo sido exigido ao Ministério da Educação que desse a conhecer, previamente ao

concurso, o número de vagas a concurso de cada um dos quadros de zona pedagógica e o número de docentes afectos a esse quadro.

- Foi levantada a questão de não estar contemplada a possibilidade de concurso quer, para mobilidade quer, para destacamento por condições específicas quer, por aproximação à residência, dos docentes, com a categoria de professor titular. O Ministério da Educação não deu resposta positiva a esta exigência da FNE.

No dia 23 de Dezembro de 2008, em reunião com o Ministério da Educação, foi comunicado à FNE que, caso fossem abandonadas as acções de luta previstas para os dias 13 e 19 de Janeiro de 2009, o Ministério da Educação se disponibilizaria para não fazer incidir as menções de *Excelente* e *Muito Bom* na graduação profissional. Haveria também, a disponibilidade do Ministério da Educação para admitir que os professores titulares pudessem concorrer, para mobilidade, sem haver recuperação de vagas, o que foi contestado pela FNE que não cedeu ao que considerou uma chantagem do Ministério da Educação.

3. Organização do ano lectivo

Nas reuniões ocorridas, para negociação desta matéria, a FNE emitiu o seu parecer sobre o projecto de diploma em apreço, considerando-o inadequado, nomeadamente na contabilização da componente não lectiva do tempo de trabalho individual, e ainda na determinação dos tempos para o acompanhamento do processo de avaliação. Mais uma vez, o Ministério da Educação não aceitou qualquer proposta apresentada.

De salientar e, em relação ao calendário escolar, que a FNE manifestou a sua opinião de que este deveria ser objecto de negociação, o que não foi entendimento do Ministério da Educação. A FNE exigiu ainda que o calendário escolar da educação pré-escolar, no que respeita às interrupções das actividades e final de ano lectivo, fosse corrigido. O Ministério da Educação não aceitou esta exigência da FNE.

4. Outras matérias

A FNE apresentou ao Ministério da Educação e exigiu solução para as seguintes situações:

- profissionalização dos docentes portadores de habilitação própria e necessidade do Ministério da Educação protocolar com Instituições de Ensino Superior para este efeito;

- solução para aposentação excepcional dos educadores e professores do 1º ciclo que, no ano de 1976, mesmo tendo tomado posse não foram colocados por se ter dado prioridade aos docentes vindos das ex-colónias e que não possuíam, por esse facto, 13 anos de serviço em 1989.

O Ministério da Educação não deu qualquer resposta a estas questões.

5. Mesa Negocial UGT/Ministério da Educação

A FNE participou, juntamente com o SINTAP e o SINAPE, numa mesa negocial com o Ministério da Educação para as matérias dos trabalhadores não docentes.

Em cima da mesa, esteve a elaboração de um contrato colectivo de trabalho para os trabalhadores em contrato individual de trabalho, embora não se tenham registado aqui avanços significativos, devido à negociação que decorria em paralelo sobre o regime de contrato de trabalho em funções públicas.

Nesta mesma mesa discutiu-se e chegou-se a acordo quanto a um memorando de entendimento acerca da transferência de competências para as autarquias na área da educação, particularmente nas condições de enquadramento dos trabalhadores não docentes. Este protocolo foi assinado no dia 4 de Junho de 2008.

6. Negociação no âmbito da Administração Pública

Nesta área, o ano de 2008 foi substancialmente influenciado pela continuação da aplicação da política de reforma iniciada nesta legislatura.

A FNE não deixou de, no âmbito da FESAP, estar envolvida na negociação das diferentes matérias, a qual se desenvolveu ao longo de todo o ano, e nomeadamente:

- regime de vínculos, carreiras e remunerações e todos os diplomas associados à mesma lei;
- regime de contrato de trabalho em funções públicas e diplomas conexos;
- extinção de carreiras e categorias com transição para as carreiras gerais;
- níveis remuneratórios das carreiras gerais;
- estatuto disciplinar;
- alteração da legislação sobre abonos para falhas;
- Lei do orçamento para 2009 e Grandes Opções do Plano;
- alteração do regime de acção social complementar e respectivos subsídios (creche/jardim, subsídios de estudo, apoios sociais);
- alteração da lei da mobilidade especial;
- tramitação de procedimento concursal.

Com a nossa firme intervenção, participação e apresentação de contrapropostas credíveis sobre as matérias legislativas, uma grande maioria foi objecto de actas de entendimento entre as partes, constando nas mesmas todas as áreas em que não foi possível qualquer consenso, nomeadamente, quotas, cessação de vínculos, tabela remuneratória única, parte do estatuto disciplinar, entre outras.

No tocante ao caderno reivindicativo em matéria de salários e pensões não se verificou qualquer acordo dado a uma postura de completa intransigência parte de Governo de não alteração das suas propostas iniciais.

De salientar, ainda, que no decorrer deste ano e relacionado com estas negociações diversas reuniões se concretizaram com outros órgãos de soberania, nomeadamente, ao nível da Assembleia da República com todos os partidos políticos ali representados e a Comissão do Trabalho e Administração Pública.

7. Sector particular, cooperativo e da solidariedade social

Nestes sectores desde sempre definimos a nossa estratégia centrada na valorização dos trabalhadores docentes e não docentes, partindo da ideia essencial de que, qualquer que seja o sector onde trabalhem, os mesmos devem estar sujeitos a deveres equiparados e, consequentemente, beneficiar dos mesmos direitos.

Assim, a nossa acção reivindicativa junto das respectivas Associações / Uniões foi no sentido que não haverá ensino de qualidade enquanto não for reconhecido aos trabalhadores, o direito a uma profissão digna baseada no valor social da função que desempenham.

Ao nível do Ensino Particular e Cooperativo o ano de 2008 foi marcado por vários momentos de verdadeiro impasse nas negociações para a revisão do Contrato Colectivo de Trabalho.

Após uma forte acção de contestação que desenvolvemos, em que se enquadrou a não aceitação dos princípios inicialmente impostos, por parte da AEEP, para esta revisão conseguimos o acordo final, onde se concretizou a reestruturação da carreira acordada até 2009/10, bem como um aumento substancial da massa salarial, até superior ao da Administração Pública.

Merece, ainda, realce, o tratamento igualitário conseguido relativamente à profissionalização em serviço dos professores do ensino particular e cooperativo e das

escolas profissionais privadas bem como as regras de dispensas da realização da profissionalização em serviço os docentes que leccionam em estabelecimentos do ensino particular e cooperativo titulares de diploma do ensino primário particular.

Com a CNIS – Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade foi celebrado um acordo de revisão salarial e outras matérias de natureza pecuniária bem como reclassificações profissionais em algumas categorias que permitiu igualar, em alguns níveis, e superar noutros os valores ao momento em vigor do Ensino Particular e Cooperativo.

No respeitante às Misericórdias apenas no início deste ano foi possível consenso entre as partes sobre as matérias de natureza pecuniária relativas ao ano de 2007, que não foram objecto de publicação.

Com uma atitude também de alguma intransigência, muita falta de sensibilidade negocial e tentativa de um alargamento de horários de trabalho sem as devidas compensações as negociações relativas a 2008 acabaram, apenas, com um acordo entre as partes no final do respectivo ano.

Com este acordo também se conseguiu, por um lado a manutenção das paridades existentes e a não degradação do poder de compra e, por outro lado a salvaguarda de aumentos da carga horária devidamente compensados em aumentos significativos na ordem dos 4% a 20%.

Ao nível das escolas profissionais, lançou-se um processo de negociação com vista ao estabelecimento de um contrato colectivo de trabalho. No entanto, estas negociações foram interrompidas, por indisponibilidade da parte patronal, com base na falta de clarificação das regras de financiamento destas escolas no âmbito do QREN-POPH.

Estes são sectores sobre os quais é necessária uma constante acção sindical nos respectivos locais de trabalho no sentido de aumentar o índice de sindicalização muito necessário como força de pressão sobre as respectivas entidades aquando das negociações.

São igualmente sectores onde uma firme e justa acção reivindicativa tem de ser uma constante da nossa parte.

8. Dia Mundial do Professor

Com organização conjunta do Sindicato dos Professores da Zona Centro e da FNE, celebrou-se o Dia Mundial do Professor, em 4 de Outubro, em Coimbra, com um seminário subordinado ao tema “Professores de Qualidade em Escolas de Qualidade”. Nesta iniciativa, foram oradores o Inspector-Geral de Educação, José Maria Azevedo, e o investigador Domingos Fernandes. Foi ainda uma oportunidade para debater perspectivas sobre o desenvolvimento da carreira docente e de modelos de avaliação de desempenho.

Também na Região Autónoma da Madeira o Sindicato Democrático dos Professores da Madeira realizou um seminário evocativo da data, o qual decorreu no dia 3 de Outubro. O Sindicato Democrático dos Professores dos Açores também realizou diversas iniciativas, a propósito desta data, nos dias 4 e 5 de Outubro.

9. Dia Nacional do Trabalhador Não Docente

A celebração deste dia realizou-se em Évora, com organização do Sindicato dos Técnicos, Administrativos e Auxiliares de Acção Educativa do Sul e Regiões Autónomas. Foi uma oportunidade para discutir alguns dos problemas mais relevantes na actualidade para este grupo de trabalhadores, quer no que diz respeito às reformas em curso no âmbito da Administração Pública, quer no contexto da transferência de competências para as autarquias.

10. Relações institucionais

Na sequência do nosso IX Congresso, realizámos um conjunto de reuniões com delegações dos grupos parlamentares da Assembleia da República: CDS-PP, com o Deputado José Paulo Carvalho (4 de Junho); Bloco de Esquerda, com a Deputada Ana Drago (12 de Junho); Partido Socialista, com o Deputado Nico Bravo (19 de Junho); PCP, com o Deputado Manuel Tiago (25 de Junho); “Os Verdes”, com o Deputado Francisco Madeira Lopes (15 de Julho); PSD, com o Deputado Emídio Guerreiro (22 de Julho).

A pedido da recém-constituída CNIPE, Confederação Nacional Independente de Associações de Pais e Encarregados de Educação, tivemos uma reunião com a sua direcção em 20 de Junho.

Reunimos também com a direcção da CONFAP, em 26 de Junho.

A pedido do seu presidente, mantivemos duas reuniões de troca de informações com o novo Partido MMS.

11. Participação na UGT

A nossa participação na Central UGT ocorreu nas mais variadas actividades e acções, de que se destacam particularmente a manifestação do 1º de Maio que se realizou em Lisboa e que envolveu mais de 20 000 participantes, e o seminário internacional comemorativo do 30º aniversário da UGT, que decorreu nos dias 28 e 29 de Setembro, e que contou com a presença do Presidente da República e do Presidente da Comissão Europeia na sessão de abertura, e do Presidente da Assembleia da República na sessão de encerramento.

Para além destas datas especiais, estivemos sempre presentes nas reuniões dos diferentes órgãos estatutários – comissão executiva, secretariado nacional e conselho geral.

Enquanto membros da FESAP, integrámos as respectivas mesas negociais, como já se referiu anteriormente.

Marcámos também presença em vários seminários:

- 14 de Maio. Plenário de Sindicatos da UGT para discussão da proposta do Governo sobre alteração ao Código de Trabalho. Lisboa.

- 30 de Maio. Seminário: “A negociação Colectiva e o Combate à Precariedade”. Lisboa.

- 4 de Junho. Plenário com os Sindicatos da UGT sobre a revisão do Código de Trabalho. Lisboa.

- 29 e 30 de Setembro. Seminário da UGT. Revisão do Código de Trabalho – Desafios da Negociação Colectiva. Quinta da Lagoa. Mira.

Fizemos parte de dois importantes grupos de trabalho, sendo um dedicado ao acompanhamento dos processos de negociação colectiva, e outro destinado a iniciar a formação de dirigentes sindicais da administração pública para a contratação colectiva no quadro do novo regime de contrato de trabalho em funções públicas. Em relação ao primeiro grupo, as reuniões ocorreram nas seguintes datas:

- 25 de Julho. Lisboa. Balanço do 1.º semestre da contratação colectiva.

Processos negociais em curso até ao final do ano. Código de Trabalho.

- 31 de Outubro. Lisboa. Balanço do 3.º Trimestre. Processos negociais em curso até ao final do ano. Código de Trabalho.

- 12 de Dezembro. Lisboa. Vigência e sobrevigência. Cessações das convenções colectivas. Arbitragem necessária. Frentes sindicais/unidade de acção. Propostas de revisão já apresentadas.

A nível internacional, a nossa participação integrou as delegações da UGT em iniciativas da Confederação Europeia de Sindicatos (CES):

Manifestação por salários e poder de compra no sector público, 5 de Abril, Ljubljana, Eslovénia;

Curso ETUI-REHS – Formação em Gestão de Projectos Europeus, 8 a 12 de Julho, Ljubljana – Eslovénia;

Manifestação contra a Directiva sobre o aumento do horário de trabalho, 15 e 16 de Dezembro, Estrasburgo.

O Secretário-Geral da Federação desempenhou neste período de tempo as funções de Presidente da UGT, o que se traduziu na participação em inúmeras representações da Central, de que se destacam reuniões com o Presidente da República, com o Primeiro-Ministro, com membros do Governo, e ainda do Conselho Económico e Social e da Comissão Permanente de Concertação Social.

A FNE também integrou, juntamente com a UGT e alguns dos seus sindicatos membros, a Direcção da Associação Agostinho Roseta, proprietária da Escola Profissional Agostinho Roseta.

12. Relações Internacionais

CPLP - SE

- Conferência extraordinária da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa Sindical da Educação (CPLP-SE), 9 de Maio, Lisboa.

Comité Sindical Europeu da Educação (CSEE)

- Seminário de apresentação final do projecto “Como evitar a violência nas escolas”, 9 e 10 de Junho, Sofia, Bulgária;
- Reunião do Painel da Qualidade, 9 de Setembro, Bruxelas;
- Reunião do Conselho do CSEE e Seminário “ A Implementação do Processo de Formação de 2010”, 9 e 10 de Novembro, Luxemburgo.

Internacional da Educação (IE)

- Seminário IE/CSEE sobre educação para a infância, 4 e 5 de Novembro, Malta;
- Seminário “ IE / OCDE “ Gestão e Financiamento das Instituições Educativas”, 2 a 4 de Dezembro, Are, Suécia.

Trade Union Advisory Committee (TUAC) – OCDE

- Reunião do Grupo de Trabalho de Educação e Formação do Conselho Consultivo Sindical da OCDE, 13 e 14 de Novembro, Paris.

13. Organização interna

Neste período de tempo, foi a seguinte a distribuição das reuniões do Secretariado Nacional e da Comissão Permanente que foi formada no seio daquele órgão:

	Comissão permanente	Secretariado Nacional
Número de reuniões	19	5

14. Informação

Durante o ano de 2008, e depois do Congresso, foram publicados dois números do jornal “Notícias da Federação”, respectivamente em Junho e em Setembro. Ainda no mesmo período de tempo, foram emitidos 68 comunicados de imprensa. O nosso sítio na Internet teve um crescimento constante de visitantes.

15. Outras Participações

29 de Maio - Seminário “A Escola face à diversidade: Percepções, Práticas e Perspectivas” – Lisboa

2 de Junho - Conferência “Timor no Caminho do Futuro” da Comissão Asiática - Lisboa

14 de Junho – Tomada de posse dos Órgãos Sociais do SPZCentro, na sequência das suas eleições

16 de Junho – Seminário “Organização do Trabalho Escolar no 1º ciclo do ensino básico” - Lisboa

16 a 18 de Junho - Conferência Internacional “Educando o Cidadão Global. Globalização, Educação e Novos Modos de Governamentação” - Lisboa

17 de Junho - Seminário “Segurança e Saúde no Trabalho” - Coimbra

23 de Junho - Seminário “O Processo de Bolonha e os seus Desenvolvimentos – Lisboa

2 e 3 de Julho - Conferência “10 Anos de Combate à exploração do trabalho infantil em Portugal) - S. M. Feira

29 de Setembro – Sessão do Ciclo de encontros sobre reformas educativas de sucesso: “As crianças no centro da educação – a reforma educativa em Inglaterra” – Lisboa

22 de Outubro - Encontro sobre Inovação e Qualidade no Ensino Superior Auditório da Universidade de Coimbra

24 de Outubro - Sessão de Abertura do Nono Curso de Mestrado em Educação Especial – Lisboa

29 de Outubro - Conferência “ O Mundo Árabe e Islâmico na Sociedade de Geografia de Lisboa” – Lisboa

10 de Novembro - Lançamento do livro “África-Europa – cooperação académica” – Lisboa

12 de Novembro - Sessão do Ciclo de encontros sobre reformas educativas de sucesso sobre “A reforma educativa na Nova Zelândia” – Lisboa

12 de Novembro - Cerimónia de Abertura do Ano Académico de 2008-2009 da Universidade de Lisboa

19 de Novembro - Abertura Solene das Aulas no Instituto Politécnico de Tomar

16. Representações a nível Internacional

- Participação no Congresso da LO/Suécia – 31 de Maio a 3 de Junho
- Visita de uma delegação à Estónia, a convite do Sindicato Nacional do Pessoal da Educação da Estónia, 20 a 27 de Setembro;
- Comício sindical “Por um trabalho decente, por um salário decente”, 7 de Outubro, Paris;
- Reunião de uma delegação da FNE com uma delegação do SNES (França), 15 de Outubro, Lisboa;
- III Congresso da CCSL, 28 e 29 de Novembro, Cidade da Praia, Cabo Verde.